



A formação do território capixaba: ocupação e conflitos em cinco séculos de disputas

André A. Michelato Ghizelini¹

Elisa Monfradini de Almeida²

RESUMO

Com o objetivo de sintetizar as leituras e pesquisas realizadas em torno de cada povo e etnia, assim como os conflitos e processos de ocupação que ocorreram em terras capixabas, este artigo reúne e articula pesquisas que, de forma isolada, descreveram e caracterizaram como cada grupo influenciou no processo de formação social, econômica e demográfica do território capixaba. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, com ênfase em trabalhos que recuperaram os processos de ocupação e conflitos em torno dos povos indígenas, negros escravizados, migrantes de outros estados e imigrantes estrangeiros, considerando o período entre o século XVI e início do século XX. Da presença dos povos originários e sua relação com os imigrantes, passando pelos migrantes brasileiros, a presença dos negros escravizados e por fim com a vinda dos imigrantes europeus, o território capixaba foi marcado por processos de conflitos e de formação de elites locais que demarcaram as relações econômicas, sociais e políticas, assim como a formação das cidades e a configuração dos espaços rurais.

Palavras-Chave: Espírito Santo; História; Território; Conflito.

Recebido em 23/04/2021

Aceito para publicação em 10/01/2022

Introdução

Quaisquer investigações sobre o Brasil, sobretudo com relação à sua estrutura socioespacial e sua dinâmica socioeconômica, deverão passar necessariamente pela estrutura, ocupação e organização do seu território rural e agrário. A consolidação da propriedade de terras e o modelo produtivo brasileiro é resultado de um desencadeamento histórico que teve como eixo um amplo processo de disputas e lutas para a colonização e ocupação de terras. Por

¹ Doutor em Sociologia pela UFPR. Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo. Endereço de email: andremichelato@gmail.com.

² Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Endereço de email: elisamonfra.a@gmail.com.

diversos momentos da história, no que tange a produção do espaço agrário brasileiro, foram deflagrados processos de conflitos e mudanças nos regulamentos institucionais de forma a privilegiar certos grupos sociais, seja com a Lei de Terras de 1850, o Estatuto da Terra de 1964, o Plano Nacional de Reforma Agrária de 1984 e a Constituição do Brasil de 1988, entre outros. O saldo destes e outros processos de disputas pela terra teve como consequência um alto índice de concentração de terras. Estes e outros fatores³ levaram a formação da estrutura agrária brasileira, de norte a sul, leste a oeste, a uma realidade desigual e concentradora.

Segundo dados do IBGE (2017), 89,17% dos estabelecimentos agrícolas do país têm até 100 hectares (ha) e apenas 10,82% dos estabelecimentos possuem acima de 100 hectares, no entanto, os estabelecimentos até 100 hectares ocupam apenas 20,44% da área agricultável total enquanto estabelecimentos acima de 100 hectares ocupam 79,55% da área produtiva do país. Tais dados expressam de forma inequívoca a concentração de terras que existe no espaço agrário brasileiro.

No entanto, o Brasil com tamanha área territorial e diversidade no processo de ocupação, apresenta áreas com certas peculiaridades, como é o caso do Estado do Espírito Santo, que revela singularidades com relação à estrutura fundiária, dado que há significativa presença pequenos e médios estabelecimentos agropecuários sob a lógica da agricultura de base familiar.

Segundo os dados publicados pelo Censo Agropecuário (IBGE, 2017), foram identificados no Estado do Espírito Santo 108.014 estabelecimentos agropecuários, em uma área total de 3.246.763 hectares, sendo 27.239 estabelecimentos de propriedades não familiares, representando 25,22% do total, e 80.775 estabelecimentos de propriedades de agricultura de base familiar, representando 74,78% do total. No que se refere ao número de estabelecimentos total, no Estado houve um crescimento de aproximadamente 28,0% (23.653 estabelecimentos) e a área total houve um crescimento de 14,3% (406.909 hectares) em relação ao Censo anterior.

Importante destacar que este processo constituição do território não é algo ao acaso, e muito menos aleatório, mas se constitui historicamente através de movimentos de disputa, e que foram se dando através das idas e vindas de povos e migrantes das mais variadas localidades.

³ Aqui caberia citar a não realização da reforma agrária, um limitado processo de reconhecimento das terras indígenas e dos territórios quilombolas, além do “cerceamento do direito à terra” por parte dos ex-escravizados.

O processo de ocupação⁴ do território capixaba ocorreu, portanto, em quatro importantes movimentos. Movimentos⁵ estes caracterizados por conflitos, e em grande medida com a presença de violências e usurpação de liberdades, que tinham como centralidade a disputa em torno do trabalho, da terra e da hegemonia pelo controle político e econômico do território, e que ocorreram principalmente a partir do século XVIII. Os movimentos de ocupação estiveram organizados então em torno dos seguintes grupos étnicos: 1) indígenas; 2) paulistas, fluminenses, baianos e mineiros; 3) escravizados do continente africano; 4) imigrantes europeus: alemães e italianos.

Nesta perspectiva, este trabalho tem por objetivo reunir sínteses de trabalhos científicos que descreveram e caracterizaram estes movimentos de ocupação de forma a articulá-los na perspectiva da formação do território capixaba, tendo como foco compreender em que medida estes movimentos de ocupação e disputa influem na formação do território capixaba contemporaneamente.

Um lugar de morada: ocupação originária do território capixaba

Os povos indígenas foram responsáveis pela ocupação originária do território capixaba, responsáveis pelo desenvolvimento e pela ocupação social, cultura e econômica do território durante séculos. Mas diante dos avanços de forças externas que se impuseram sobre as condições de resistência dos indígenas, estes sucumbiram a sua capacidade tecnológica, dos artefatos de guerra, das estratégias de organização e do cooptação que estes “novos” colonizadores impuseram.

Segundo dados do IBGE (2000) e Moreira (2000), no século XVI havia, no território da capitania do Espírito Santo e Ilhéus, por volta de 160 mil indígenas, subdivididos em 12 mil Waitacá, 55 mil Tupiniquim, 10 mil Temiminó, 15 mil Papaná, 30 mil Aimorés/Botocudos, 8 mil Purí e 30 mil Cariri/Guerem/Camuru, sendo que no território brasileiro haviam neste mesmo período 2.431.000 de indígenas. Embora estes dados sejam pouco seguros do ponto de vista da sua comprovação científica, eles apontam para uma expressiva diversidade de povos no território capixaba.

⁴ O termo ocupação será utilizado neste trabalho com o sentido de tomar posse, apoderar-se, seja de forma pacífica, violenta ou pelo poder de aquisição monetário, ou seja, no sentido de fazer de um determinado território parte de uma propriedade de um grupo social

⁵ Estamos denominando por movimentos de ocupação processos sociais demarcados por grupos étnicos e originários que estiveram presente nesse processo de disputa pelo território capixaba.

Sabe-se que do século XVI ao século XXI este número de indígenas foi reduzido substancialmente. No caso do Estado do Espírito Santo, o número de população indígena, segundo dados do IBGE (2010), atualmente, é de 9.585 indivíduos, sendo que 3.005 em terras indígenas e 6.580 fora de terras indígenas.

No entanto, no período de maior intensidade dos embates e conflitos entre os novos colonizadores e os povos indígenas, os dados sobre a população na Província do Espírito Santo e parte da divisa com Minas Gerais era:

Tabela 1: População da província do Espírito Santo e sertões do Rio Doce na década de 1820.

Extratos e condição civil da população								
Localidade	Livres				Escravos		Independentes	Total
	Branco	Índios	Pardos	Preto	Pardos	Preto	Índios	
Província	8.094	5.778	5.601	2.682	9.901			35.353
Sertão do Rio Doce							20.000	20.000
Total								55.353

Fonte: Moreira, 2017 apud Vasconcellos, 1978 [1828]; Mattos, 2004.

Para tanto, as localidades do território da província com maior presença de indígenas eram ao sul do Rio Doce com uma presença importante dos Botocudos, em Itapemirim com a presença dos Puris-Coroados e em Nova Almeida com a presença dos Tupiniquins, esta última sendo considerada a maior concentração de indígenas da província (MOREIRA, 2010). Mas vale destacar, que os Botocudos estavam dispersos em todo o restante da província onde existiam matas e florestas, sem nunca terem conseguido localizar de fato onde estavam e quantos eram, pois se deslocavam rapidamente e em diversas direções.

Os indígenas terão uma importantíssima presença, não só demograficamente, mas fundamentalmente nas dimensões política e econômica da província, e principalmente na organização social da Província do Espírito Santo, como relata a pesquisadora MOREIRA (2010, p. 35-36):

O Espírito Santo oitocentista foi uma região do império bastante indígena. Não apenas no sentido mais frequentemente estudado e aceito pela historiografia, isto é, como uma província que abrigava muitas tribos de índios puris e botocudos em suas matas e sertões. A província foi uma região muito indígena também porque os índios atuavam no cotidiano de sua vida social e política, contribuindo para moldar e desenvolver a vida local, juntamente com os brancos, os pardos, os pretos e os escravos.

As estatísticas oficiais elaboradas no período e os diferentes testemunhos históricos sobre a região durante a primeira metade do século XIX demonstram que os índios representavam uma fatia da população importante para a estruturação e o funcionamento da vida local. A preocupação das autoridades em organizá-los e controlá-los, inserindo-os de modo compulsório na economia local, não foi, por isso mesmo, uma ação esporádica ou feita ao acaso das circunstâncias. Bem ao contrário, essa ação das autoridades provinciais foi sistemática e de longa duração, demonstrando que a organização social e política das vilas e lugares indígenas estava sistematizada segundo regras e costumes instituídos ainda no período colonial.

Em suma, existiu no Espírito Santo um ativo aparato administrativo voltado para obtenção e organização do trabalho dos índios para o Estado. Esse sistema foi montado segundo as regras instituídas pela carta régia de 12 de maio de 1798 e adaptado às novas condições políticas e institucionais do período pós-Independência, demonstrando que as leis e práticas coloniais com relação aos índios durou muito na província do Espírito Santo.

Desde a chegada dos novos colonizadores ao território, os conflitos e golpes à população indígena foram realizados com as mais diversas estratégias com o objetivo de retirar destes a condição de “proprietários” das terras. Sendo que, inicialmente, passaram a ser considerados como mão de obra para o processo pelos novos colonizadores, e num segundo momento, como empecilho para a abertura de “novas” terras para a agricultura (MOREIRA, 2010).

Em 1798, através da publicação da Carta Régia, bem como as reformas de Pombal, de junho de 1755, construiu-se um discurso de equiparar jurídica e politicamente “índios” e “brancos”, com a perspectiva de permitir que os indígenas pudessem ocupar as funções de trabalhadores, mas também de

vereadores, juízes e oficiais (MOREIRA, 2010). No entanto, estas regulamentações não tinham o caráter de atribuir igualdade, mas de estabelecer um contexto de obrigatoriedade ao trabalho, promulgando ao Estado a legitimidade e autoridade para convocar a qualquer tempo para a realização de trabalhos por ele expedido.

[...] os constrangimentos legais e as formas de organizar a gestão da mão de obra indígena tornaram-se progressivamente outras. Dentre os novos constrangimentos legais criados para forçar os índios a ingressarem no mercado de trabalho, destaca-se o recrutamento militar compulsório (MOREIRA, 2005, p. 114). O recrutamento era justificado, além disso, não tanto no fato de eles serem “índios”, mas segundo o argumento de que os presos para o recrutamento eram “vadios”. Desse modo, índios que não tivessem família e um estabelecimento próprio (plantação), considerado razoável pelas autoridades, ou que não tivessem um “amo” ou “patrão”, caíam invariavelmente nas malhas do recrutamento por serem “vadios” e passavam a servir na província ou na corte do Rio de Janeiro. (MOREIRA, 2010, p. 29)

Estas e outras investidas para desmobilizar e destituir as populações indígenas dos seus direitos e da sua identidade, fez com que este processo conflituoso fosse a cada momento histórico sendo adaptado e sendo transformado em novas estratégias para desarticulá-los e exercer um poder de coerção e dominação, com o único objetivo de usurpar a liberdade e seus territórios.

Uma ação de grande impacto foi “[...] a carta régia de 13 de maio de 1808 que deflagrou uma “guerra ofensiva” contra os índios botocudos do rio Doce das capitâneas de Minas Gerais e do Espírito Santo. Além disso, foi permitido o cativo indígena por dez anos ou enquanto durasse a ‘fereza’ e a ‘antropofagia’ entre eles” (MOREIRA, 2017, p. 29).

O principal alvo da guerra era os botocudos. Afinal, a carta régia garantia um aumento anual nos soldos dos comandantes distritais proporcional ao “bom serviço prestado”, isto é, maior soldo para os comandantes que evitassem mortes de portugueses e destruição de suas plantações em seus respectivos distritos e que conseguissem aprisionar e matar maior número de índios. Os prisioneiros

de guerra tornavam-se, automaticamente, cativos e deveriam ser entregues. (MOREIRA, 2017, p. 42)

Com o avanço do processo de desmobilizar, assassinar e destituir os indígenas de suas terras, de sua organização e de sua identidade de povo originário, a instituição da Lei de Terras, de 1850, criou um submundo de questões legais para retirar e impedir a permanência das populações indígenas em suas terras e até mesmo de serem realocados em outros espaços.

As leis e avisos complementares à Lei de Terras de 1850 praticamente fecharam todas as alternativas à propriedade indígena. As terras pertencentes às tribos independentes, embora não pudessem ser consideradas devolutas, foram efetivamente tratadas como terras do domínio público, sob a alegação de que estariam “vagas”, isto é, não teriam o domínio ou posse de pessoa alguma. Para sanar a incongruência desse raciocínio, os legisladores se limitaram a reservar parte das terras devolutas à “colonização indígena”. As terras indígenas oriundas de antigas sesmarias ou aldeias sem cultura e moradia efetiva foram igualmente consideradas vagas e, por isso, deveriam retornar ao domínio das terras públicas. Muitas aldeias e missões foram sumariamente extintas, e a última possibilidade ainda existente aos índios remanescentes em sesmarias e terras de aldeia era a de possuírem pequenos lotes de terra.

Mas, para os índios permanecerem na pouca terra que lhes restava seria necessário, primeiro, que fossem reconhecidos como “índios”. Isso os colocava na dependência das autoridades locais que, afinal, arbitravam sobre serem ou não os índios “verdadeiros índios”. Que muitos índios foram desde então considerados “não índios” e despojados de suas terras, não restam muitas dúvidas, como atestam os inúmeros casos de desativação de antigas missões e aldeias. (MOREIRA, 2002, p. 166-167)

Desta forma, com a Lei de Terras, os povos indígenas se viram diante de um amplo processo de desarticulação e destituição dos seus direitos enquanto povos originários, que desde então, com alguns momentos de exceção, passaram a ser alvos constantes das elites locais que avançaram gradativamente sobre estes grupos.

Atualmente, os territórios dos indígenas no Estado do Espírito Santo estão localizados fundamentalmente no município de Aracruz, que constitui o único município com aldeamento, na presença de duas etnias: Tupinikim e Guarani. Estão organizados em 09 aldeias, subdivididas em 05 aldeias Tupinikins e 04 aldeias Guaranis. Sendo elas⁶: Aldeia Caeris Velha, localizada no Distrito de Santa Cruz na Rodovia ES-456, a 18,5 Km de distância da Sede a aldeia Indígena Tupinikim; Aldeia Boa Esperança (TEKOÁ PORÂ), localizada no Distrito de Santa Cruz na Rodovia ES-010; Aldeia Irajá, localizada Rodovia ES-456 a 12,5 Km de distância da sede do município, Aldeia Comboios, localizada no Distrito do Riacho a 38 Km de distância da sede do município; Aldeia Pau Brasil, ao Norte da aldeia encontra-se a Rodovia ES-257, que liga a sede do município à fábrica da Aracruz Celulose e ao distrito de Barra do Riacho; Aldeia Piraquêaçu (PEIXE GRANDE), localizada na Rodovia ES-010, próxima a ponte de Santa Cruz; Aldeia Três PalmeirasS (BOAPY PINDO), localizada no Distrito de Santa Cruz, na Rodovia ES-010.

A vinda dos Fluminenses, Mineiros, Baianos e Paulistas

A partir do início de 1800 que serão registrados um novo processo de ocupação e colonização das terras da província do Espírito Santo, que até então permaneciam com índios e colonizadores portugueses. Será com a derrocada do café no Vale do Paraíba, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, que passaram a chegar às terras do Itapemirim, migrantes brasileiros que tinham a esperança de terras mais baratas para o processo produtivo, o que efetivamente não foi o que encontraram num primeiro momento, mas que com o passar dos anos, foi-se apresentando aquisições produtivas.

A expansão cafeeira no sul do Espírito Santo vincula-se diretamente à decadência da produção do Vale do Paraíba, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais (ROCHA, COSSETTI, 1983, p. 19), quando fazendeiros dessas regiões migraram para a província capixaba, dando lugar à colonização de terras férteis em espaços inexplorados na província. Primeiro vieram os mineiros, atraídos pelas “terras virgens” capixabas, graças às estradas abertas em Itapemirim e Itabapoana. Dos caminhos do Sul, especialmente das

⁶ O texto que segue com a descrição da localização das aldeias retirado do site da Prefeitura Municipal de Aracruz. Link: <http://www.aracruz.es.gov.br/turismo/atracoes-turisticas/19/>. Acesso em: 05/02/2021

estradas litorâneas a partir de Campos do Goitacazes, chegaram proprietários do Norte Fluminense (BITTENCOURT, 1987, p. 68). Constituiu fator determinante nesse processo migratório o baixo preço de venda das terras capixabas (ROCHA, COSSETTI, 1983, p. 21-23). [...] A partir de 1840, entretanto, o cultivo de café tornou-se mais frequente, talvez em razão de maior margem de lucro e por exigir menos capital e cuidados dos imigrantes que continuavam a chegar à região (ROCHA, COSSETTI, 1983, p. 16). A expansão das lavouras seguiu em direção às terras do interior dos vales, em vista de condições naturais mais propícias, principalmente a presença do solo massapê, mais consistente e resistente à erosão. Além disso, as ondulações do relevo eram mais suaves e favoráveis, além do clima úmido com chuvas regulares (SALETTTO, 1996, p. 35). (MACHDO e MACHADO, 2020, p. 240)

No entanto, este processo de ocupação foi muito aquém do que já vinha ocorrendo em Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, como afirmou Taunay que “*no Espírito Santo não houve na era imperial, e de longe sequer, o surto de esplendor cafeeiro*” (TAUNAY, apud MACHADO e MACHADO, 2020, p. 241). A população em território capixaba era extremamente reduzida, segundo dados oficiais, no início do século XIX, representava 1% do total da população brasileira. Como pode ser observado na Figura 1 abaixo, até 1843 a população era muito inconstante, aumentando e reduzindo devido as dificuldades encontradas pelos migrantes na sua fixação. Será a partir de 1856, principalmente com a vinda dos imigrantes europeus e do tráfico de escravizados africanos, que o território capixaba irá consolidar um processo de crescimento populacional consistente.

O aumento do conflito (expulsão e eliminação) com os indígenas que ali estavam, a abertura de “novas” terras no centro do estado, a vinda dos imigrantes alemães e italianos, o acelerado processo de tráfico de escravos, tudo isto catapultado pelo aumento do preço do café, fez com que fazendeiros brasileiros (paulistas, fluminenses, baianos e mineiros) expandissem suas fazendas para localidades ainda não ocupadas pela agricultura em território capixaba (MACHADO e MACHADO, 2020). Este processo culminou com o primeiro grande crescimento populacional.

Será então, com a chegada de migrantes, principalmente paulistas e mineiros, que será dado início a este novo processo de colonização do território para a inserção da agricultura, primeiramente, com a cana de açúcar e gado, e num segundo momento, com o café.

Figura 1: Tabela da População Livre e Escrava do Espírito Santo (1790-1875)

TABELA 1: População Livre e Escrava do Espírito Santo (1790-1875)					
Ano	Livres		Cativos		Total
	Nº	%	Nº	%	
1790	10.749	47,7	6.834	30,3	22.493
1813	-----	-----	-----	-----	18.807
1814	-----	-----	-----	-----	23.338
1818	-----	-----	-----	-----	24.585
1824	22.165	62,7	13.188	37,3	35.353
1827	22.931	63,9	12.948	36,1	35.879
1833	-----	-----	-----	-----	27.916
1839	16.817	64,5	9.233	35,5	26.080
1843	21.122	64,5	10.376	35,5	32.720
1856	36.793	75,3	12.100	24,7	48.893
1861	42.217	69,5	18.485	30,5	60.702
1870	51.825	73,4	18.772	26,6	70.597
1872	59.478	72,4	22.659	27,6	82.137
1875	-----	-----	20.037	-----	-----

Fonte: Machado e Machado, 2020 apud 1790, 1824, 1856 e 1872: CAMPOS, 2011, p. 85; 1813, 1814, 1818: VASCONCELLOS, J. M. P. Ensaio sobre a História e Estatística da Província do Espírito Santo, 1858; 1824 e 1827: VASCONCELLOS, I. A. Memória Estatística da Província do Espírito Santo escrita no ano de 1828; 1827, 1833 e 1839: Fala que o Presidente da Província do Espírito Santo João Lopes da Silva Coito dirigiu a Assembleia Legislativa Provincial no dia 1 de abril de 1839, p. 18; 1839: LAGO, 2013, p. 39; 1843: Fala com que o Exmo. Vice-presidente da Província do Espírito Santo, José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, abriu a Assembleia Legislativa Provincial no dia 23 de maio de 1844, p. 16; 1856: Relatório que o Exmo. Sr. Barão de Itapemirim, primeiro vice-presidente da Província do Espírito Santo, apresentou na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, no dia 23 de maio de 1857, p. A-5, A-6, A-7; Relatório com que o Exmo. Sr. Presidente da Província do Espírito Santo, o doutor José Maurício Fernandes Pereira de Barros passou a administração da província, ao Exmo. Sr. Comendador José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, segundo vice-presidente no dia 13 de fevereiro de 1857, p. 9 e 10; 1861: Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia da abertura da sessão ordinária de 1862 pelo presidente, José Fernandes da Costa Pereira Junior, p. 62-63; 1870: Relatório lido no paço d'Assembleia Legislativa da Província do Espírito-Santo pelo presidente, o Exmo. Sr. Doutor Francisco Ferreira Correa na sessão ordinária no ano de 1871, p. 137-140. 1875: Relatórios e Trabalhos Estatísticos apresentados ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império em 31 de dezembro de 1876.

Em 1808, de acordo com os relatos da passagem do desembargador Luís Tomás de Navarro pelo local, a povoação de Itapemirim, que também era chamada de Caxangá, possuía muitos moradores e, na opinião do desembargador, tinha condições para virar vila (ROCHA, 1966, p.11). Além disso, Navarro conta que, nas margens do Rio Itapemirim, havia seis ou sete engenhos grandes de fabricar açúcar. Já em 1828, eram seis sesmarias com cultivos agrícolas, mas apenas três eram confirmadas, duas lojas de fazendas secas e três de lojas de molhados, além de

tavernas (VASCONCELLOS, 1978, p. H-verso). A povoação da região foi realizada pelos próprios capixabas, mas contou com a ajuda de mineiros e paulistas que imigraram para o Espírito Santo na primeira metade do século XIX em busca de melhores condições de vida. José Teixeira de Oliveira afirma que aqueles que migraram para a região não experimentaram a violência dos índios da região ao desbravarem essas terras. Segundo ele, “não consta que os colonos tenham, em tempo algum, experimentado a ferocidade dos indígenas” (OLIVEIRA, 2008, p. 308, 355). As muitas famílias que vieram para a região em busca de terras férteis trouxeram seus escravos e maquinários. Dentre estes, podem-se destacar o capitão José Tavares de Brum, Joaquim Marcelino da Silva Lima – futuro Barão de Itapemirim, o Comendador João Nepomuceno Gomes Bittencourt, além das famílias Quintaes, Bello, Pessanha, Moreira, Pinheiro e Póvoa (MORENO, 2016, p. 32). (MACHADO e MACHADO, 2020, p. 246)

Tanto que como resultado desse processo de expansão populacional a Freguesia de Itapemirim foi alçada à Vila, em 9 de agosto de 1816, com a instalação da Câmara Municipal e do Pelourinho.

O sul do Espírito Santo se tornou através deste processo um celeiro de produção de alimentos para o consumo interno, fundamentalmente, açúcar, mas também arroz, feijão, mandioca, algodão e cebolas, exportadas para Campos dos Goytacazes, Vitória e Rio de Janeiro (MACHADO e MACHADO, 2020).

Muitos dos relatos e descrições históricas desse processo inicial da colonização espírito santense, caracteriza-se, por muitas vezes, como um processo tranquilo e pacífico ou mesmo não faz menção aos conflitos que existiram. Estes conflitos tanto existiram, como foram motivos de vilarejos abandonados e conflitos sangrentos, sendo que estes se davam fundamentalmente entre indígenas e brancos, em função da pressão dos brancos por mais terras e hegemonia do controle do território.

A presença dos povos escravizados no processo de ocupação do território capixaba

Este processo de colonização do território capixaba, que intensifica-se no período de 1850 a 1880, só foi possível em função da utilização de mão de obra escravizada, período em que, 1856-1872, a população escravizada da província praticamente duplicou (NUNES, 2019). Neste processo os

escravizados negros tiveram papel preponderante no desenvolvimento econômico, social e cultural da província. Mesmo que forçados a ocuparem este território, sua contribuição é inegável para a consolidação da produção de café no Estado, sendo imprescindível, naquele momento, para a viabilidade produtiva. Segundo Saletto (1996a), em 1883 os escravos representavam a maior parte (52%) do valor das fazendas capixabas hipotecadas ao Banco do Brasil.

Com a expansão do café, aliado ao processo de ampliação da mão de obra escrava, houve uma alteração significativa no quadro demográfico da província, “*de forma que no período compreendido entre 1856 e 1872 sua população elevou-se de 49.092 para 81.889 habitantes*” (BERGAMIN, 2006. p. 4), sendo que os escravos passaram “*a representar 44% da população total da Província e o maior crescimento populacional verificado entre as regiões produtivas capixabas*” (BERGAMIN, 2006. p. 4).

No Oitocentos, o Espírito Santo possuía reduzida população, representava pouco menos de um por cento (0,8%) dos habitantes do Brasil. Contudo, contou com crescimento populacional expressivo. Em 1790 agrupava 22.493 indivíduos, em 1872 esse número praticamente quadruplicou, chegando à marca de 82.137. Sobre os dados demográficos, interessa para o presente estudo a presença marcante de escravos na Província. Em 1790, livres e cativos correspondiam a 10.749 e 6.834 indivíduos, respectivamente. Em 1824 o número de livres aumentou para 22.165 e o de escravos para 13.188. Ou seja, praticamente o dobro de habitantes da Província em 1790. (NUNES, 2019, p. 64)

Para tanto, é importante localizar e caracterizar que esses povos escravizados que vieram para terras capixabas, não eram povos homogêneos, como nos apresentam em muitos relatos históricos, muito menos um conglomerado de pessoas que tinham as mesmas habilidades para o trabalho, mesma carga cultural, mesmas formas de sociabilidade, mesma organização social, etc, ou seja, eram povos muito distintos.

Durante o século XVI, a maioria dos escravos chegados ao Brasil, entre a Bahia e o Rio de Janeiro era de Sudaneses, embarcados nos portos da Guiné e, por isso, também conhecidos como Negros da Guiné. Entre eles destacavam-se os Fulas e os Mandingas, usados, em geral, como lavradores; os Jalofos, utilizados como trabalhadores nos engenhos de cana-de-açúcar e como ferreiros; os Haussás;

os Lorubás, também chamados Nagôs; os Daomeanos; os Bornuse, e os Achantis. Quase todos muçulmanos. Também vieram, em menor escala, muitos Bantos dos grupos Quimbundos, Congos, Angolas, Benguelas e Cabindas. Já durante o século XVII, a maioria dos escravos africanos trazidos para o Brasil era de Bantos, dos quais, com certeza, muitos dos grupos conhecidos como Congos e Criolos foram desembarcados nos portos de São Mateus e Vitória. Esses escravos Bantos também eram chamados de Angolas, porque a maioria era embarcada nos portos dessa região da África. Ao longo do século XVII até o final do tráfico, no século XIX, parte dos escravos era embarcada nos portos de Costa da Mina e no Golfo de Benim. Embora por isso fossem chamados de Minas, entre eles haviam Bantos e Sudaneses, estes últimos constituindo quase 70% do total, e destinados, em grande parte, para os trabalhos na mineração, na lavoura, nas manufaturas e nos serviços domésticos. Nesse período, havia também muitos portos de embarque nas regiões de Angola e Moçambique, e os escravos eram classificados, genericamente, por esses nomes. Da mesma forma, havia diversos outros portos nas áreas do norte da África. Aliás, dos portos de Omim e Ajudá saíram os últimos navios negreiros que fizeram o comércio legal e contrabando de escravos no litoral do Espírito Santo, onde foram desembarcados muitos Nagôs, Haussás, Tapas e Jepes, todos Sudaneses, e não Bantos, mesmo que classificados pelos comerciantes como escravos oriundos de Angola e Moçambique. (MACIEL, 2016, p. 54-55)

Mas mesmo com os levantamentos realizados por Maciel (2016), ainda este, apresenta-se limitado, pois além do tráfico, existia um forte e pujante contrabando, que legalizavam suas operações através do registro das pessoas escravizadas como se aqui tivessem nascido. Desta forma, o registro de onde vinham, se tornou um processo bastante dificultado. De forma geral, é possível ter indicativos dos principais povos e localidades de onde vieram e quais os períodos de chegada ao Brasil e ao Espírito Santo.

Na Província do Espírito Santo o primeiro navio com pessoas escravizadas aportou em 1550, com a presença de 12 escravos, mas que segundo Maciel (2016), os registros históricos mais “confiáveis” apontam para navios que aportaram em fins de 1621 (MACIEL, 2016).

Outro dado que parece importante é que pelo levantamento populacional realizado em 1872, registrou-se que 55,8% dos escravos existentes eram naturais do Espírito Santo e os

demais tinham nascido em outras províncias do Brasil ou na África. Conclusivamente, pode-se dizer que a origem dos negros capixabas é difícil de ser determinada de forma pormenorizada. Entretanto, acreditamos que a maioria era principalmente da grande etnia Banto. E era, muitas vezes, chamada de Angola ou Mina, mesmo entendendo que sob essas denominações estavam diluídas muitas culturas e etnias. Assim, aparecem outras denominações, como Cabindas, Benguelas, Caçanjes, Crioulos e Congos. Mesmo sendo aceito o argumento de que não existiam, por exemplo, os negros Minas e Angolas, pois essas eram apenas denominações dadas aos africanos embarcados como escravos nos portos dessas regiões, a conclusão não se altera. (MACIEL, 2016, p. 66).

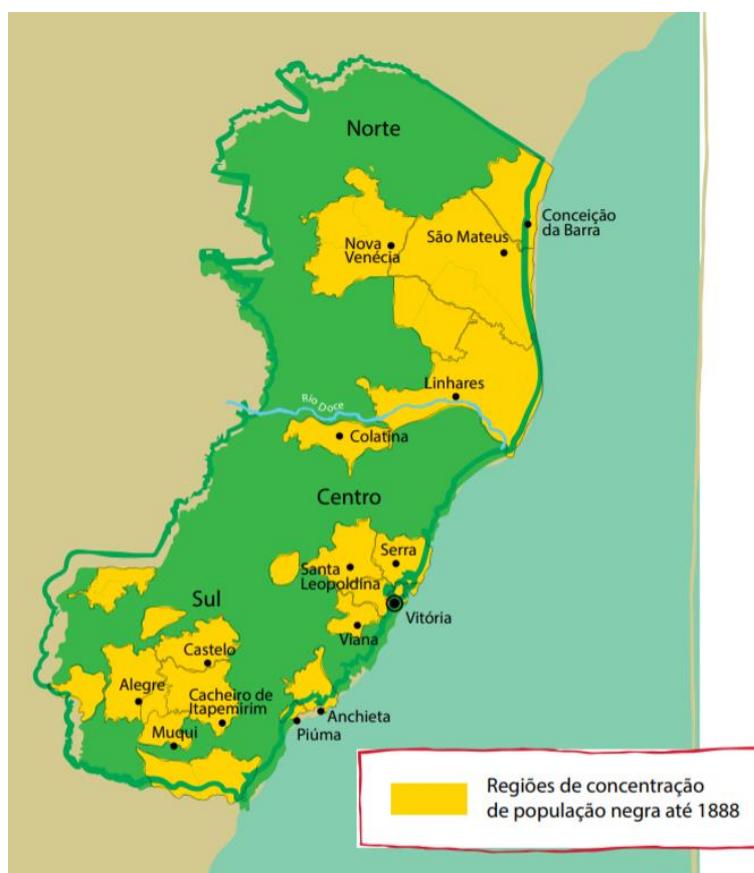
Figura 2: Principais regiões africanas de onde saíram escravos para o Brasil.



Fonte: MACIEL, 2016, p. 58.

Consoante Maciel (2016, p. 75), o Estado apresentava três áreas de maior concentração da população escravizada: “[...] o norte litorâneo, tendo São Mateus como principal polo; o sul, cujo polo era Cachoeiro de Itapemirim, e a região central, área de influência imediata de Vitória”.

Figura 3: Concentração da população negra no Espírito Santo até 1888.



Fonte: MACIEL, 2016, p. 78.

A participação destes povos na ocupação do território e na atividade econômica capixaba é fato e notória. Não haveria um processo acelerado de ocupação das terras por atividades produtivas, como foi o caso emblemático do café, ou mesmo das atividades produtivas nos centros urbanos, sem a presença dos negros como atores principais do processo de desenvolvimento social e econômico do território.

O Espírito Santo era, durante o período escravista, uma província essencialmente agrícola e apoiada na força de trabalho dos escravos. Nesse caso, é necessário destacar que

os negros exerceram todos os tipos de trabalhos rurais e urbanos existentes. Mas é importante destacar que muitas dessas atividades requeriam inteligência, iniciativa e conhecimentos técnicos, como o extrativismo mineral e vegetal; os serviços domésticos de todos os níveis; o artesanato e as manufaturas com argila, madeira, couro e metais; os trabalhos como tripulantes de embarcações fluviais e marítimas; pescadores; artistas; ferreiros; consertadores de armas e serralheiros; criadores de animais etc. Todas as atividades produtivas constituíam trabalhos para negros, logo, pode-se dizer que foram eles os construtores da base da riqueza capixaba, fossem eles escravos ou livres. (MACIEL, 2016, p.87)

Com o fim legal da escravidão, muitos grupos de negros estavam habitando localidades rurais, que tinham como objetivo garantir certa proteção e permitir a produção de alimentos para a própria subsistência, sem necessitar trabalhar para os outros. Geralmente, estas áreas eram antigos quilombos e que eram chamados de “lavradores ambulantes ou bandoleiros”. Não há registros de que os ex-escravos tenham acessado o direito a terras desde o fim da escravidão, assim como foram disponibilizadas aos imigrantes italianos e alemães. Aos ex-escravos, pretos e mestiços livres, restou servir como mão de obra em propriedades rurais em relações de trabalho parecidas com arrendamento. No entanto, como não eram proprietários, com o passar do tempo, os negros foram sendo obrigados a abandonar estas posições, assumindo a função de trabalhadores avulsos ou mesmo irem em direção as cidades (MACIEL, 2016).

A vinda dos imigrantes europeus

Num contexto de indícios para o fim da escravidão negra no país, os então produtores de café em território capixaba, passaram a construir estratégias para que fosse possível continuar a viabilizar a produção, sem que para isto, houvesse um encarecimento dos seus custos. Para tanto, no Espírito Santo foi iniciado na primeira metade do século XIX, o processo de imigração de trabalhadores advindos da Europa, que foi dividido em duas fases principais: a fase alemã, que vai dos últimos anos da década de 1840 até meados da década de 1870, e a fase italiana, iniciada em 1875 e que se intensifica progressivamente até o fim do século XX (DE ABREU, 1966).

Na primeira fase, recebeu o Estado em questão, cerca de 35.000 indivíduos predominantemente alemães, mas incluindo também outros elementos germânicos, como holandeses, suíços e austríacos, que se fundiam com os alemães. Nesta fase, duas épocas importantes em que entraram grande número de imigrantes, foram os anos de 1858 e 1873 (Guerra Franco-Prussiana)

Na segunda fase, o número de imigrantes entrados no Espírito Santo foi muito superior a anterior, pois que é avaliado em 65.000 almas, predominantemente italianas; embora outras nacionalidades também se achem representadas, é, entretanto, um período quase que exclusivamente italiano. (DE ABREU, 1966, p.88)

O ano de 1847 é o marco inicial da colonização europeia no Espírito Santo, com a chegada de 163 famílias alemãs que se direcionaram a Colônia de Vila Isabel, na Vila de Viana. Uma década depois, o foco da colonização passa a ser a Colônia de Santa Leopoldina que recebeu 143 suíços e posteriormente alemães e pomeranos.

A fase italiana remonta a criação da Colônia de Rio Novo do Sul, que num segundo momento passaram a se concentrar na região onde hoje estão os municípios de Castelo, Conceição do Castelo, Venda Nova do Imigrante, Vargem Alta, Rio Novo do Sul, Alfredo Chaves e Iconha (CASALI; PIZETTA, 2005).

O processo de povoamento com colonos estrangeiros iniciou em 1847, com a fundação da colônia de Santa Isabel, com elementos germânicos, no vale do Jucu, e progrediu com a criação de novos núcleos sempre mais ao norte, em direção ao rio Doce. No vale do Santa Maria de Vitória o primeiro núcleo criado foi o de Santa Maria, em 1857, com colonos suíços e em seguida alemães, sendo que nessa época já existia junto à ruptura do rio citado o povoado de Cachoeiro de Santa Leopoldina para onde, mais tarde, é transferida a sede da colônia, que na época era uma das mais populosas do Império, vindo logo depois de Blumenau e Dona Francisca (Joinville). (DE ABREU, 1966, p. 86)

É importante destacar que a vinda de estrangeiros para a Província do Espírito Santo foi muito mais heterogênea, mesmo por que o território alemão não era unificado antes de 1870, e além de alemães e italianos, outras nacionalidades e etnias do continente europeu vieram nestas imigrações. O número total de imigrantes que deram entrada no Espírito Santo no século XIX foi de cerca de 100 mil pessoas, representando um número extremamente

expressivo se consideramos que em 1856 o território capixaba tinha aproximadamente 50.000 habitantes (DE ABREU, 1966).

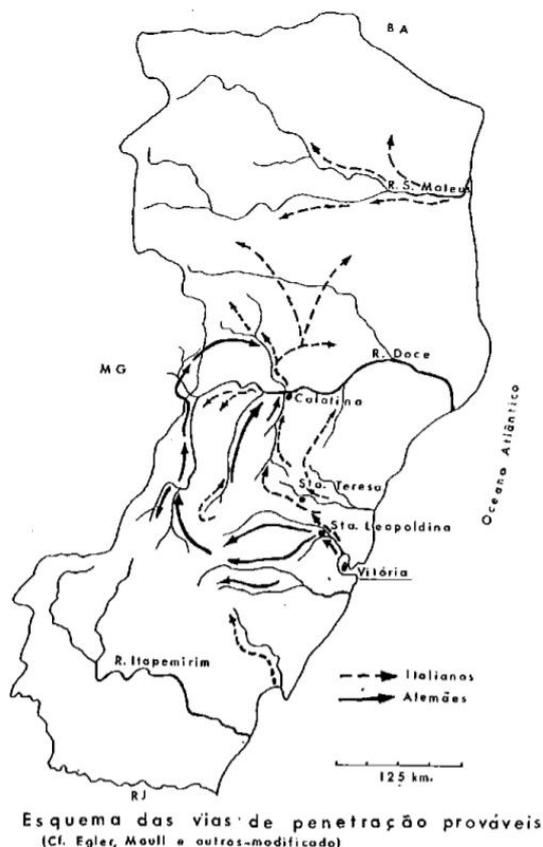
Os alemães que colonizaram o Espírito Santo descendiam de Pomeranos e “Hunsbucklers”, cujos antepassados vieram do Hunsrück. Além desses dois grupos principais, tínhamos os que vieram da Renânia, Prússia, Saxônia, Hesse, Palatinado, Holstein e Nassau; estes foram, entretanto, paulatinamente absorvidos pelos dois grupos citados, principalmente pelos pomeranos. Emílio Willems [20, 1946, pp. 63-64] observa que até hoje o prussiano é considerado estrangeiro para o badense e vice-versa. Essa diversidade do elemento alemão é patente e vai ser a explicação do porque houve uma maior adaptação à nova vida de uns grupos que de outros; o pomerano, por exemplo, que já na área de origem enfrentava sérias dificuldades, ajustou-se melhor às novas condições e talvez aí esteja a explicação para o fato de haver esse grupo absorvido alemães de outras origens.

Também o grupo italiano não era homogêneo; incluía ele italianos de quase todas províncias emigrantistas da Itália e sabemos muito bem que a diferença entre um “setentrionale” e um “meridionale” é tão grande, ou maior, que a existente entre um austríaco e um prussiano. Até por volta de 1886 há um predomínio dos italianos do norte, originários do Vêneto, Piemonte, Lombardia e Trentino; a partir desse ano as províncias meridionais passam à dianteira; Campania, Sicília, Abruzzo e Molise, Calábria, Puglia e Marche, Basilicata e Lazio, vindo também imigrantes das províncias centro-setentrionais: Toscana, Emília, Vêneto, Piemonte e Lombardia. (DE ABREU, 1966, p. 89)

Na sua grande maioria, os imigrantes desembarcavam na capital e percorriam os rios que cortavam o interior da porção central do Estado, a partir de onde eram distribuídos para as várias seções (núcleos coloniais) a serem povoadas ao decorrer dos fundos dos vales que compõem a topografia do espaço. A doação/concessão⁷ de lotes nesses núcleos coloniais – seja por parte do governo da província, seja por parte do Império – sempre esteve na forma de pequenos imóveis, cuja extensão geralmente oscilava entre 25ha e 50ha (NETO, 2010).

⁷ Mesmo que não esteja entre as intencionalidades desse trabalho, é significativo salientar que a concessão de terras aos imigrantes não significou estabilidade para esses neste território. Diversos dificultadores foram experienciados: De Abreu (1966) comenta, por exemplo, sobre a falta de assistência técnica, o abandono educacional, além das adversidades do meio físico e do isolamento.

Figura 4: Vias de penetração imigrante na província do Espírito Santo.



Fonte: DE ABREU, 1966, p. 93.

A apropriação das terras nessas fatias do território onde fixaram-se os imigrantes ocorreu a partir de pequenas propriedades, com um perfil muito mais de busca de autonomia, do que de produção da monocultura do café, pois os colonos plantavam a quase totalidade dos produtos necessários à subsistência, reservando uma porção do lote aos cafezais para fins comerciais.

Quanto ao regime agrícola seguido pelos colonos, foge em grande extensão à monocultura; se bem que o café seja o produto principal, não existe nada parecido com as propriedades cafezeiras de São Paulo; os cafezais ocupam pequenos lotes nas colônias, ao lado do qual o colono planta os demais produtos necessários à sua subsistência, fazendo com que essa região caracterize-se por uma policultura,

tendendo a uma economia mais ou menos fechada, pela inexistência de centros consumidores nas proximidades, uma vez que os responsáveis pela colonização não se preocuparam com a criação de núcleos urbanos. Realmente, o único produto comercial do colono é o café; os demais produtos servem para o seu próprio consumo. Segue-se em importância ao café o cultivo de cereais; milho, arroz e feijão, mandioca e batata inglesa, esta última principalmente nas terras frias e áreas de colonização alemã. O milho é utilizado tanto para a criação de animais como na alimentação, principalmente nas áreas povoadas com colonos Vênetos. (DE ABREU, 1966, p. 92)

Menezes Prado, presidente da província em 1876, fez uma fala sobre o terreno de Santa Leopoldina que descrevia as condições de isolamento e as dificuldades as quais esses imigrantes encontraram em terras capixabas:

[...] seu solo extremamente acidentado, além de dificultar a construção de estradas regulares é, em geral, pouco fértil, de forma que a agricultura não tem podido atingir aquele grau de prosperidade que era de se esperar [...]. Não passa ali um só [rio] que se preste à franca navegação. O Rio Santa Maria é navegável apenas por canoas e duvida-se ainda que possa sê-lo por vapores de pequeno calado. Apesar da pequena distância em que está a colônia desta capital, os gêneros são ali vendidos por alto preço, pela dificuldade e carestia dos transportes [...] (apud. ALMADA 1981, p.134).

No momento da assinatura da Lei Áurea, em 1888, já havia um contingente significativo de imigrantes fixados no território e a alta nas cotações de café nos primeiros anos após a abolição da escravidão, possibilitou que os fazendeiros utilizassem mão de obra imigrante livre no lugar dos escravos, oferecendo contratos suficientemente atrativos para que esses optassem em não se dirigir aos núcleos coloniais imediatamente, dadas as condições insalubres que poderiam encontrar por lá. Mas isso exigia, entretanto, um fluxo migratório contínuo que, no Espírito Santo, foi interrompido em fins da década de 1890, quando as dificuldades econômicas dos proprietários de fazendas, decorrentes da crise nas cotações do café daquele momento, teriam comprometido essa estratégia, desencadeando uma grave crise no Sul do Espírito Santo (SALETTI, 1996).

Em 1888 iniciou-se, com italianos, a colonização ao norte do rio Doce , no vale do São Mateus. Ao todo parece ter sido localizado neste vale, desde Santa Leocádia até Boa Vista cerca de 3.000 imigrantes em diversos núcleos e em condições tão precárias que provocou intensa reação na Itália, culminando com a proibição, por parte do governo de Roma, da emigração de italianos para o Espírito Santo. De qualquer forma este movimento colocou no braço sul do São Mateus elementos peninsulares até a altura de seu afluente Muniz Freire. (DE ABREU, 1966, p. 87)

Tal crise contribuiu para alterar a configuração espacial no sul da província uma vez que, dada à impossibilidade de manutenção das fazendas de café, houve uma certa desconcentração fundiária a partir da fragmentação das terras, muitas delas vendidas aos próprios imigrantes (BERGAMIM, 2006). Como exemplo tem-se que

(...) a colônia de Venda Nova, ainda na região de Castelo, surgiu da partilha, por colonos italianos, de várias fazendas abandonadas após a Abolição. Burarama, situada acima de Cachoeiro de Itapemirim, foi também estabelecida por colonos italianos, nas terras da Fazenda Floresta, já na década de 1910 (SALETTTO, 1996, p. 105 apud BERGAMIM, 2006. p. 13).

A região ao norte do Rio Doce, por sua vez, foi o último território capixaba a ser colonizado. A literatura chega a afirmar que essa região permaneceu até meados do século XX praticamente desabitada, entretanto registros históricos nos confirmam que os colonos depararam-se com uma área erma, porque antes deles, chegaram para os indígenas, as doenças e as guerras.⁸

Foram, no mínimo, cento e quarenta anos de história de contatos e conflitos nas regiões do Rio Doce e adjacências e somente em 1940 o “problema indígena” foi considerado superado naquelas regiões, então sob o controle do estado do Espírito Santo. Entendeu-se, na ocasião, que o problema estava

⁸ Com isso, é possível ter como hipótese de que processos semelhantes a esse tenham ocorrido nas demais sub-regiões capixabas. Essas, em razão da colonização em um tempo histórico anterior apresenta uma escassez maior de registros sobre os indígenas que ocuparam essas áreas precedentemente aos colonos e, por isso, essa investigação torna-se limitada.

superado porque os vestígios da presença indígena naquele território haviam sido suprimidos. Essa história de contatos e conflitos ainda permanece basicamente desconhecida pelas gerações que não viram, com os próprios olhos, os índios do Rio Doce. (MOREIRA, 1999. p. 99)

Considerações Finais

O processo de ocupação e colonização capixaba foi marcado por processos de confrontos e lutas a partir do século XVI, ou seja, a partir da presença da imigração e do início das atividades produtivas voltadas à exportação e para a consolidação de uma elite econômica local. Vale destacar que não há registros históricos sobre o processo de ocupação antes deste período.

Os quatro movimentos de ocupação descritos pela historiografia renegaram processos de constituição de territórios que preservassem a identidade e os espaços enquanto reconhecimento destes povos como patrimônio social e cultural da história capixaba, de forma que a formação do território capixaba foi demarcado por uma hegemonia da atividade econômica sobre os modos de vida que aqui estiveram e passaram a ocupar.

Um território marcado por lutas em torno da propriedade da terra e do controle da mão de obra com vistas a garantir custos cada vez mais baixos da produção de forma a garantir a acumulação do capital por grupos econômicos.

Referências

ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. **A escravidão na história econômica social do Espírito Santo 1850 - 1888**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1981.

BERGAMIM, Márcia Cristina. **A pequena propriedade rural no Espírito Santo: constituição e crise de uma agricultura familiar**. Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Fortaleza, 2006.

BERGAMIM, Márcia Cristina; CAMPOS JR, Carlos Teixeira. Agricultura familiar no Espírito Santo: concentração fundiária e recomposição socioeconômica. In: **Anais do XLIII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**. 2005.

CALDART, Roseli Salete et al. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CASALI, Derli; PIZZETA, Adelar João. A formação do campesinato e as mudanças recentes na agricultura capixaba. In: CASALI, Derli; GOMES, Helder; PIZETTA, Ademilson Pereira; SOUZA, Ademilson Pereira. **A Reforma Agrária e o MST no Espírito Santo: 20 anos de lutas, sonhos e conquista de dignidade**. Vitória: Grafita, 2005.

CÔGO, Anna Lúcia. **História agrária do Espírito Santo no século XIX: a região de São Mateus**. 2007. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

DE ABREU, Adilson Avansi. A colonização ítalo-germânica no Espírito Santo e seus problemas. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 44, p. 85-102, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro, 2000.

MACHADO, Laryssa da Silva; MACHADO, Lucas da Silva. Desbravando os sertões capixabas: a colonização do Vale do Itapemirim. **História e Cultura**, v. 9, n. 1, p. 236-257, 2020.

MACIEL, Cleber. **Negros no Espírito Santo** – 2ª ed. – Vitória, (ES): Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2016.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. A produção histórica dos ‘vazios demográficos’: guerras e chacinas na Vale do Rio Doce (1800-1830). **Dimensões**, n. 9, 1999.

_____. Vazios demográficos ou territórios indígenas?. **Dimensões**, vol. 11, jul/dez 2000.

_____. Terras Indígenas do Espírito Santo sob o Regime Territorial de 1850. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 22, nº 43, pp. 153-169. 2002.

_____. A serviço do império e da nação: trabalho indígena e fronteiras étnicas no Espírito Santo (1822-1860). **Anos 90, Porto Alegre**, v. 17, n. 31, p. 13-55, jul. 2010.

_____. Espírito Santo indígena: conquista, trabalho, territorialidade e autogoverno dos índios, 1798-1860 / Vânia Maria Losada Moreira. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2017

NETO, Jaime Bernardo. A disseminação de pequenas propriedades rurais e a seletividade étnico-racial no acesso a terras no Espírito Santo (1850-1940). **Geografares**, n. 8, 2010.

NUNES, Rafaela Domingos Lago. Africanos na Província do Espírito Santo: população escrava e tráfico ilegal. *Dimensões*, v. 43, jul.-dez. 2019, p. 63-83. ISSN: 2179-8869

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. O campo brasileiro no final dos anos 1980. In: **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 1990**, v. 2, 1990.

SALLETO, Nara. **Trabalhadores nacionais e imigrantes no mercado de trabalho do Espírito Santo (1988-1930)**. Vitória: Edufes, 1996a.

The formation of capixaba territory: occupation and conflicts in five centuries of disputes

ABSTRACT

In order to synthesize the readings and research carried out around each people and ethnicity, as well as the conflicts and occupation processes that occurred in Espírito Santo lands, this article gathers and articulates research that, in an isolated way, described and characterized how each group influenced the process of social, economic and demographic formation of the Espírito Santo territory. The methodology used was bibliographic research, with an emphasis on works that recovered the processes of occupation and conflicts around indigenous peoples, enslaved blacks, migrants from other states and foreign immigrants, considering the period between the 16th century and the beginning of the 20th century. From the presence of native peoples and their relationship with immigrants, passing through Brazilian migrants, the presence of enslaved blacks and finally with the arrival of European immigrants, the territory of Espírito Santo was marked by processes of conflict and the formation of local elites that demarcated the economic, social and political relations, as well as the formation of cities and the configuration of rural spaces.

Keywords: Espírito Santo; History; Territory; Conflict.